

Prefeitura de São Gonçalo – Rio de Janeiro

SÃO GONÇALO-RJ

Professor Docente II Apoio Especializado

Volume I

NV-031MR-20



Cód.: 9088121442467

Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo sac@novaconcursos.com.br.

OBRA

Prefeitura São Gonçalo - Rio de Janeiro

Professor Docente II Apoio Especializado

Edital Nº 001/Pmsg/2020

Atualizada até 03/ 2020

AUTORES

Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Noções de Informática - Profª Ovidio Lopes da Cruz Netto

História e Geografia de São Gonçalo - Profº Elines Francisca Pereira Nojiri

Fundamentos da Educação – Noções Básicas da LDB - Profª Ana Maria B. Quiqueto

Legislação - Profº Fernando Zantedeschi

Conhecimentos Pedagógicos - Profº Ana Maria B. Quiqueto

Metodologia das Ciências - Profº Ana Maria B. Quiqueto

Metodologia da História e da Geografia - Profª Ana Maria B. Quiqueto

Metodologia da Linguagem - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Metodologia da Matemática - Profº Bruno Chierigatti e Joao de Sá Brasil

Noções Básicas de Políticas Educacionais - Ana Maria B. Quiqueto

PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO

Leandro Filho

DIAGRAMAÇÃO

Higor Moreira

CAPA

Joel Ferreira dos Santos

Edição MAR/2.020



www.novaconcursos.com.br

sac@novaconcursos.com.br

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e Interpretação de Textos.....	01
Morfologia: Classes de Palavras Variáveis e Invariáveis: Conceito, Classificação e Emprego.....	08
Sintaxe: Frase, Oração, Período Simples e Composto; Termos da Oração	46
Concordância Nominal e Verbal	56
Regência Nominal e Verbal.....	63
Colocação dos Pronomes Átonos	69
Semântica: Sinonímia, Antonímia, Homonímia, Paronímia; Conotação e Denotação; Figuras de Sintaxe, de Pensamento e de Linguagem.....	69

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Conceito de Internet e Intranet. Ferramentas e Aplicativos de Navegação, de Correio Eletrônico, de Grupo de Discussão, de Busca e Pesquisa.....	01
Procedimentos, Aplicativos, Dispositivos para Armazenamento de Dados e Para Realização de Cópia de Segurança (Backup).....	16
Principais Aplicativos para Edição de Texto, Planilhas Eletrônicas, Geração de Material Escrito, Audiovisual e Outros.....	23

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE SÃO GONÇALO

Histórico Municipal	01
Aspectos Geográficos.....	01
Potencialidades do Município. Atividades econômicas. Patrimônio histórico, arte e cultura. Símbolos do Município.	02

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO – NOÇÕES BÁSICAS DA LDB

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96: princípios, fins e organização da Educação Nacional; níveis e modalidades de Educação e Ensino.....	01
O Ensino Fundamental a partir da Lei nº 9.394/96; as diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Fundamental.....	20
Diretrizes para Educação de Jovens e Adultos.....	22
Diretrizes para Educação Especial	22
Estatuto da criança e do adolescente - ECA (Lei n.º 8.069, de 13/07/1990).....	35

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO

Lei Municipal nº 050 de 1991 (Estatuto do Servidor Público Municipal do Município de São Gonçalo- RJ). Disposições gerais. Provimento: disposições gerais; nomeação; posse e exercício; estabilidade e estágio probatório; readaptação. Tempo de serviço. Vacância. Direitos e vantagens: remuneração; aposentadoria; gratificações e adicionais; gratificações pelo exercício de cargo em comissão e de função gratificada; gratificação natalina; gratificação por exercício de cargo em tempo integral e dedicação exclusiva; adicional por tempo de serviço; adicional de férias; adicional de produtividade; salário família; auxílio doença; vale transporte; licenças; férias. Regime Disciplinar: deveres; proibições. Acumulação. Responsabilidades. Penalidades. Lei Orgânica do Município	01
--	----

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

Objetivos gerais da educação infantil.....	01
O atendimento em creches e pré-escolas: características gerais	03
A concepção de criança enquanto sujeito social e histórico.....	09
Brincar - o significado da brincadeira na formação da criança; Interação social - diversidade e individualidade	13
A aprendizagem significativa e os conhecimentos prévios – a resolução de problemas	16
O profissional da Educação Infantil - características fundamentais.....	20
A organização do currículo – orientações didáticas, objetivos e conteúdos	22
A formação pessoal e social – concepção e aprendizagem.....	32
A criança de 0 a 05 anos – orientações didáticas quanto aos conteúdos: nome, imagem, independência e autonomia, respeito à diversidade, identidade de gênero, interação, jogos e brincadeiras, cuidados especiais.....	39
O erro construtivo	39
Avaliação formativa: observação e registro.....	39
Planejamento da ação didática	48
Plano Nacional de Educação	65
Processo de alfabetização e letramento	83
Gêneros textuais na aquisição da leitura e da escrita; Conhecimento matemático para o ciclo de alfabetização	110
História da educação brasileira e educação especial; Educação especial na perspectiva da educação inclusiva	114
Documentos referentes às necessidades educacionais especiais e inclusão escolar	125
Legislação brasileira sobre educação especial e atendimento educacional especializado. Formação de professores numa perspectiva de educação inclusiva	130
Família e escola em relação à inclusão escolar	144
Processos de ensino e aprendizagem: alunos com necessidades educacionais especiais.....	147
Acessibilidade ao currículo, adaptações curriculares, tecnologias assistivas.....	162
Sistemas de apoio aos processos de inclusão escolar. Atendimento Educacional Especializado: conceito, previsões legais, atuação docente.....	170

SUMÁRIO

Trabalho colaborativo: conceito, atuação docente.....	170
Lei de Diretrizes e Bases 9394/96.....	170
Diretrizes Curriculares	189
Políticas Públicas de Alfabetização	202
Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil; Ensino Fundamental em 9 anos - Lei nº 10.172/01, meta 2 do Ensino Fundamental.....	202

SUMÁRIO

METODOLOGIA DAS CIÊNCIAS

Ciências Naturais no Ensino Fundamental - Caracterização da Área; Fases e Tendências Dominantes; Ciências Naturais, Cidadania e Tecnologia; Aprender e Ensinar Ciências Naturais: A Experimentação.....	01
Ciências e Métodos Científicos; Abordagem Metodológica de Conteúdos; Temas e Atividades; Objetivos Gerais, Conteúdos e Avaliação Para o Ensino Fundamental (Ciclos Ou Séries); Orientações Didáticas.....	21
A Questão Ambiental - Meio Ambiente no Ensino Fundamental: Objetivos, Conteúdos, Avaliação, Orientações Didáticas.....	24
Meio Ambiente e Sociedade; Conceitos Ecológicos; Ciclos Biogeoquímicos; Cadeias, Teias e Pirâmides Ecológicas.....	25
Reciclagem; Desequilíbrio Ecológico.....	32
Saúde No Ensino Fundamental - Concepção, Objetivos, Conteúdos, Avaliação, Orientações Didáticas. Orientação Sexual No Ensino Fundamental - Concepção, Objetivos, Conteúdos, Orientações Didáticas.....	35
Universo - Sistema Solar; O Sol Como Fonte de Energia; Movimentos da Terra e da Lua.....	71
Rochas e Solos - Origem, Tipos, Composição e Modificações; Combustíveis Fósseis.....	80
Ar Atmosférico - Composição; Relações Com os Seres Vivos; Pressão Atmosférica; Ventos; Poluição do Ar.....	88
Água - Propriedades Físicas e Químicas; Relações com os Seres Vivos; Ciclo da Água; Poluição da Água; Tratamento de Água e Esgoto.....	97
Seres Vivos - Características Gerais; Classificação; Animais Unicelulares e Pluricelulares (Invertebrados e Vertebrados): Características e Principais Representantes.....	105
Organização Geral dos Vegetais; Os Grandes Grupos Vegetais e Principais Representantes; Animais e Vegetais Parasitas.....	113
Biologia Humana - Noções Elementares de Anatomia e Biologia Humanas.....	113
Doenças Parasitárias e Carênciais.....	115
Noções de Higiene e Prevenção.....	125
Fundamentos de Química e Física - Estrutura e Propriedades da Matéria; Estados Físicos da Matéria e Mudanças de Estado; Elementos Químicos e Substâncias; Misturas e Combinações; Forças; Movimento Retilíneo Uniforme; Massa e Peso (Gravidade); Máquinas Simples; Luz; Som; Calor; Eletricidade; Magnetismo.....	127

METODOLOGIA DA HISTÓRIA E DA GEOGRAFIA

Unidade I – A Geografia e a História no Ensino Fundamental – Objetivos e estudo.....	01
Categorias da Geografia: paisagem, território, lugar.....	09
Conceitos fundamentais da História: fato histórico, sujeito histórico, tempo histórico.....	22
Metodologia. Recursos didáticos. Unidade II – Espaço – Localização e orientação – diferentes relações espaciais (topológicas, projetivas e euclidianas).....	27
Organização espacial: ação dos diferentes grupos sociais; espaços do cotidiano; relação organização espacial x classes sociais.....	29
Linguagem cartográfica: o aluno como mapeador; o aluno como usuário de mapas; interpretação de mapas (símbolos, legenda, orientação, escala).....	31

SUMÁRIO

Unidade III –Tempo–O tempo físico: noções temporais(ordem e sucessão, duração, simultaneidade, qualificação do tempo).....	44
O tempo social: caracterização de épocas na vida da cidade, do município, do estado	46
Unidade IV – Grupos Sociais – O indivíduo em diferentes grupos, relações entre os elementos, regras; Grupos e classes sociais, em diferentes sociedades no Brasil.....	48

METODOLOGIA DA LINGUAGEM

A constituição do Leitor/Autor – O processo de aquisição da leitura e da escrita. Diferentes concepções.....	01
As funções sociais da linguagem.....	04
As produções da leitura. Elaboração e análise de atividade integrando os vários tipos de linguagem do processo de interlocução: verbal-oral e escrita; não-verbal-plástica, cênica, musical, gestual.....	09
Variabilidade lingüística – As modalidades escrita e falada. As variantes históricas, regionais, socioculturais, situacionais.....	19
Caráter criativo e produtivo da linguagem. Os diversos tipos de texto: cartas bilhetes, narrativas literárias, poemas, reportagens.....	40
Elementos e Relação da Estruturação Gramatical: o conteúdo semântico de aspectos morfossintáticos da Língua Portuguesa – Os fonemas e grafemas da Língua Portuguesa.....	43
A convenção ortográfica.....	43
A palavra: classe, estrutura e processos de formação. A frase e sua estrutura. O período e sua construção: coordenação e subordinação.....	48

METODOLOGIA DA MATEMÁTICA

A Matemática no ensino fundamental – Números naturais. Operações.	01
Espaço e forma.	04
Grandezas e medidas.	36
Múltiplos e divisores.	41
Números racionais. Conceito e operações.	46
Avaliação em Matemática. Orientações didáticas.....	53
Tratamento da informação.	62
Resolução de problemas: objetivos, tipos de problemas, como propor e solucionar problemas em classe. A Matemática em uma visão construtivista. Matemática concreta.....	73
A Aritmética e a Geometria na pré-escola e nas primeiras séries do ensino fundamental.	73
Conteúdos e objetivos de Matemática no ensino fundamental.....	76

SUMÁRIO

NOÇÕES BÁSICAS DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Concepções De Educação, Conhecimento E Ensino: As Teorias Críticas E Não-Críticas Na Educação Brasileira; Construtivismo, Sócio Interacionismo E Concepção De Conhecimento; Currículo, Integração E Organização Dos Conteúdos Escolares.....	01
Política Curricular Da Secretaria Municipal De Educação De São Gonçalo: Política Inclusiva, Diversidade E Educação Especial	14
A Dimensão Étnico-Racial No Ensino Fundamental E A Lei N° 10.639, De 9/01/03.....	51
Fundamentos E Aspectos Organizacionais Da Educação Integral No Ensino Fundamental.....	55
Concepções, Critérios E Instrumentos De Avaliação Do Ensino E Da Aprendizagem Nos Ciclos De Formação.....	63
Organização Do Trabalho Pedagógico Na Escola: Fundamentos E Formas Dos Diferentes Níveis De Planejamento; Planejamento Participativo E Organização Do Trabalho Docente.....	72
Legislação: O Ensino Fundamental Na Ldb N° 9.394/96.....	79
A Lei Do Fundeb N° 11.494, De 20.06.07 E Suas Implicações Para O Financiamento Do Ensino Fundamental E De Suas Modalidades.....	79

ÍNDICE

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

Objetivos gerais da educação infantil.....	01
O atendimento em creches e pré-escolas: características gerais	03
A concepção de criança enquanto sujeito social e histórico.....	09
Brincar - o significado da brincadeira na formação da criança; Interação social - diversidade e individualidade	13
A aprendizagem significativa e os conhecimentos prévios – a resolução de problemas	16
O profissional da Educação Infantil - características fundamentais.....	20
A organização do currículo – orientações didáticas, objetivos e conteúdos	22
A formação pessoal e social – concepção e aprendizagem.....	32
A criança de 0 a 05 anos – orientações didáticas quanto aos conteúdos: nome, imagem, independência e autonomia, respeito à diversidade, identidade de gênero, interação, jogos e brincadeiras, cuidados especiais.....	39
O erro construtivo	39
Avaliação formativa: observação e registro.....	39
Planejamento da ação didática	48
Plano Nacional de Educação	65
Processo de alfabetização e letramento	83
Gêneros textuais na aquisição da leitura e da escrita; Conhecimento matemático para o ciclo de alfabetização.....	110
História da educação brasileira e educação especial; Educação especial na perspectiva da educação inclusiva	114
Documentos referentes às necessidades educacionais especiais e inclusão escolar	125
Legislação brasileira sobre educação especial e atendimento educacional especializado. Formação de professores numa perspectiva de educação inclusiva.....	130
Família e escola em relação à inclusão escolar	144
Processos de ensino e aprendizagem: alunos com necessidades educacionais especiais.....	147
Acessibilidade ao currículo, adaptações curriculares, tecnologias assistivas.....	162
Sistemas de apoio aos processos de inclusão escolar. Atendimento Educacional Especializado: conceito, previsões legais, atuação docente.....	170
Trabalho colaborativo: conceito, atuação docente.....	170
Lei de Diretrizes e Bases 9394/96.....	170
Diretrizes Curriculares	189
Políticas Públicas de Alfabetização	202
Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil; Ensino Fundamental em 9 anos - Lei nº 10.172/01, meta 2 do Ensino Fundamental.....	202

OBJETIVOS GERAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

O momento histórico atual marcado por transformações tecnológico-científicas e ético-sociais destaca a educação da criança, enquanto sujeito social, legitimando-a como competente e sujeito de direitos. Citando Zabalza (1998), pode-se dizer que se está diante da "infância recuperada". Da criança reprimida, adulto em miniatura, criança-aluno, criança-filho renasce uma criança verdadeira, pedindo para viver como criança, reconhecida pela grandeza de seu tempo ao construir também a história.

A educação ocupa o espaço de esperança na dinâmica da sociedade. Família, escola e sociedade são chamadas a compor uma unidade em prol deste desafio, que requer um rever contínuo de crenças, valores, princípios e ideais.

À escola em parceria com a família e à sociedade é reservado o papel de desenvolver a formação da criança para a cidadania, envolvendo conhecimentos, atitudes, habilidades, valores, formas de pensar e agir contextualizadas ao social para que possa participar de sua transformação.

O mundo "dos adultos" estabelece alguns parâmetros em relação à infância ao considerar as crianças, as suas circunstâncias e condições de vida (PINTO E SARMENTO, 1997).

Na história da infância, nunca houve tanta preocupação com as crianças como acontece hoje em dia. Constata-se, no entanto, que a criança não dispõe mais de tempo para vivenciar suas brincadeiras e fantasias, tão benéficas ao seu desenvolvimento mental e emocional.

Por um lado é valorizada a espontaneidade e expressão infantil, ao passo que, por outro, bloqueia-se suas manifestações naturais. Sabe-se que os pais são os primeiros agentes sociabilizadores e os educadores mais importantes para seus filhos, apesar dessa assertiva, não assumem a maior parte da responsabilidade sobre eles. Da mesma forma, acredita-se que as crianças devem viver e comportar-se dentro do que lhe é próprio, porém suas "infantilidades" são criticadas e bloqueadas pelos adultos. Defende-se a importância do brincar na construção do desenvolvimento e aprendizado infantil, mas quando ordenamos, em determinadas circunstâncias, que parem de brincar e elas resistem, não se compreende essa rebeldia e repreende-se com "a autoridade de adulto".

Incentivam-se as crianças a criar e se expressar só que da maneira que se idealiza para elas. Discursa-se, também, sobre o respeito ao ritmo de desenvolvimento, interesses, possibilidades, características e espaço infantil e, em contrapartida, limita-se a vida das crianças a longos períodos em "carteiras" realizando atividades sem significado, rotineiras e que não conduzem à promoção.

Espera-se que as crianças desvendem o mundo e se fecha a porta da descoberta, da curiosidade e da experiência tateante, com encaminhamentos definidos e impostos pelo adulto. Ao mesmo tempo em que se incentiva as crianças à autonomia, à livre expressão e à comunicação, no cotidiano elas não podem fazer escolhas, manifestar seus sentimentos e expor suas ideias e

desejos. Outros sim, as crianças devem ser educadas para a liberdade e para a democracia, todavia em prol do controle e da disciplina, os limites são impostos de forma inflexível.

As preocupações com a infância abrem novas possibilidades e um novo caminho para repensar as intenções pedagógicas e sociais, no sentido de dar resposta às expectativas infantis, apontando para novas tendências e desafios educacionais. As crianças pequenas precisam dos adultos a fim de que possam ter seus direitos assegurados. a partir das questões que se evidenciam. A partir das questões que se evidenciam, está despontando, atualmente, uma pedagogia da educação infantil que respeite a criança como cidadã e a coloque no centro do processo educacional.

Um desafio se coloca para o professor de educação infantil: um novo olhar sensível e reflexivo sobre a criança, procurando compreender e aceitar os sinais que manifesta e que comunica a respeito do que é e espera do adulto.

Dos estudos de Rousseau, Froebel, Decroly, Montessori a Piaget e seus seguidores abrem-se um novo conceito para o desenvolvimento cognitivo com a construção do conhecimento. Segundo Freinet, a ótica do desenvolvimento natural e da perspectiva cultural e social se delineia e com Vygotsky, se confirma o paradigma contemporâneo da educação infantil, que destaca no pensamento e na linguagem, na interação e na mediação a tônica de uma educação infantil que de escolar, com o foco no aluno, configura-se como educacional, e passa a concentrar sua atenção na criança, competente e sujeito de direitos. A trajetória da educação infantil sustenta, assim, uma concepção em torno da ideia de Wallon (1995) sobre a evolução natural da criança, vista como ser social em desenvolvimento, pensada em termos das relações sociais que estabelece, considerada em sua individualidade e possibilidades.

Os parâmetros pedagógicos da "infância em situação escolar" sustentam uma situação em que a educação infantil é vista como uma antecipação das rotinas do ensino fundamental, quando o currículo deste é adaptado para a criança de zero a cinco anos. Está em construção uma pedagogia não escolar para a educação infantil, superando o assistencialismo e se confirmando a integração educação e cuidado, que envolve a criança e o adulto, que contempla a família, que viabiliza uma nova organização de tempo e espaço pedagógico, com o desenvolvimento de projetos no lugar de disciplinas curriculares isoladas, vindo a garantir a construção da cultura infantil. É preciso ampliar a rede de solidariedade de preocupações com as crianças de zero a cinco anos, reavivando a imagem do professor diante do sentido da ação educativa na contemporaneidade.

Diante do contexto de desafios e descaso entre professores encontram-se os que "tiram de quase nada formas criativas, amorosas, inovadoras, estimulantes, que mobilizam a curiosidade das crianças de aprender, o que as faz a cada dia retornar à escola com brilho nos olhos, cheias de perguntas, cheias de descobertas, ansiando por compartilhar com a professora e com as outras crianças os seus novos saberes e novos desejos de saber" (GARCIA, 2002).

A passagem da infância do âmbito familiar para o institucional, à medida que se corresponsabiliza pela criança, passa a constituir um discurso próprio e novos contornos se encontram a caminho de definição. Uma nova ação pedagógica em um contexto que contemple todas as dimensões do humano passa a ser o desafio aos educadores. A instituição de educação infantil é um espaço diferente, assim como o professor deve ter um perfil próprio, composto por um amplo conhecimento cultural e uma formação na qual “aprendesse a vibrar e a fazer vibrar” (BALAGUER, 1999).

À Pedagogia cabe, assim, ampliar e subsidiar a formação ampla e contínua do professor para a educação infantil, que atenda às demandas socioculturais dos programas voltados para a infância ressaltando uma postura ética, polivalente e comprometida, que agregue ousadia para conquistar na prática as conquistas obtidas nos aspectos legais em relação à infância brasileira. Significa, pois, saber utilizar os conhecimentos socialmente produzidos para estabelecer transposições didáticas adequadas e de qualidade para o cuidado e educação das crianças.

De uma pedagogia escolar, novos contornos estão se delineando timidamente. A criança em seu próprio tempo dá um impulso a uma abordagem humanizada à intervenção educativa. As relações socioculturais, o conceito de infância heterogênea, os diferentes contextos de construção da diversidade, a necessidade de se resgatar a infância abrem um universo de oportunidades à pedagogia.

Uma criança renovada desponta diante do quadro constatado na família, na escola e na sociedade. Inteligente, curiosa, ativa, solidária, criativa, integrada no meio em que vive, quer dialogar e participar da construção de seu caminho, ao mesmo tempo, ávida por afeto, brincar, correr, sorrir, chorar, viver e por sonhar. Ao longo da história da humanidade foi com os pais, parentes e vizinhos, brincando com outras crianças que ela aprendeu a viver.

A necessidade de programas sensíveis às crianças vem sendo destacados e analisados no cenário mundial. O que se confirma nas palavras de (EDWARDS, 1999): “uma sociedade humana parece ser um pré-requisito necessário para terem escolas humanas, onde os professores sejam capazes de aprender com as crianças e com seu ambiente”.

Não faz parte deste trabalho recuperar a história da educação infantil no Brasil, pois muitos estudiosos já o fizeram, com muita propriedade. No entanto, alguns recortes dessa história representam a exigência de um determinado momento histórico e clarificam os paradigmas existentes.

O sistema educacional brasileiro é marcado há mais de um século pelo início de preocupação com a educação infantil. Surge, sem nenhuma indicação legal a respeito, no momento em que o processo de industrialização do país atrai a mulher ao mercado de trabalho. Os registros oficiais da educação pré-escolar mais remotos são descritos, na década de 1930, na Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-lei 8530) de Gustavo Capanema, onde os Institutos de Educação eram responsáveis pelo profissionais do magistério primário e também pelo curso de especialização para o trabalho pré-escolar.

Em 1961, a Lei 4024/61, pela primeira vez no país, contempla todos os níveis de educação, não alterando a formação do professor da pré-escola que continua sendo realizada no ensino médio. Refere-se à educação infantil como os “Jardins de Infância” e, em acordo com a CLT (1943), define que as mães que trabalhassem e com filhos menores de sete anos, seriam estimuladas a organizar instituições de educação pré-primária. Só que com o golpe militar de 1964 as discussões educacionais passaram por uma longa fase de conformismo e silêncio.

Durante este período, a influência do tecnicismo norte-americano e os acordos MEC-USAID tornam-se os marcos das Leis 5.540/68 e 5.692/71 que reorganizavam o ensino superior e de 1.º e 2.º graus, respectivamente. O Curso de Magistério transformou-se em Habilitação Específica para o Magistério, tendo um núcleo comum destinado à formação geral e à formação especial, de caráter profissionalizante, que habilitava o aluno, em quatro anos, a lecionar da pré-escola a 6.ª série do 1.º grau. À educação infantil ficava reservada a parte da formação especial nas matérias que contemplavam o desenvolvimento infantil e didático-pedagógico para esta fase. Iniciativas isoladas, movidas por idealismo de educadores, traçando uma educação realmente preocupada com a infância.

Neste sentido, a Constituição Brasileira (1988) torna-se um ponto decisivo na afirmação dos direitos da criança incluindo, pela primeira vez na história, o direito à educação em creches e pré-escolas. (Art. 208, inciso IV). Em 1990, O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA –, insere as crianças no mundo dos direitos, mais especificamente no mundo dos Direitos Humanos, reconhecendo-as como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, como cidadãs, com direito ao afeto, a brincar, a querer, a não querer, a conhecer, a opinar e a sonhar.

O referido Estatuto considerado pela UNICEF uma das legislações mais avançadas do mundo na área do direito da criança e do adolescente, ao enfatizar a vida, a educação, a saúde, a proteção, a liberdade, a convivência familiar e o lazer.

É neste contexto que o Ministério de Educação e Desporto (MEC), em 1994, assume o papel de propor a formulação de uma Política Nacional de Educação Infantil. Neste período, a Coordenação Geral de Educação Infantil (Coedi) da Secretaria de Educação Fundamental do MEC publicou uma série de documentos para a educação infantil no Brasil, entre os quais se destacam: “Por uma política de formação do profissional de educação infantil” (1994), “Política Nacional de Educação Infantil” (1994), “Critérios para um atendimento em creches e pré-escolas que respeitem os direitos fundamentais das crianças” (1995).

Reafirmando estas mudanças, a LDB – Lei de Diretrizes e Bases, n.º 9394/96, estabelece o vínculo entre a educação e a sociedade e, ao longo do texto, faz referências específicas à educação infantil, de forma sucinta e genérica. Reafirma que a educação para crianças com menos de seis anos é a primeira etapa da educação básica, destaca a ideia de desenvolvimento integral e o dever do Estado com o atendimento gratuito em creches e pré-escolas. Outro avanço, refere-se à avaliação na

educação infantil, ressaltando que não tem a finalidade de promoção, em oposição à visão preparatória para as séries iniciais. A exigência da formação dos profissionais para a educação infantil em nível superior e ensino médio, apresentada pela Lei, vem sendo motivo de debates e reflexões, a nível nacional.

De acordo com a LDB, considerando seu papel e sua responsabilidade na indução, proposição e avaliação das políticas públicas relativas à educação nacional, o Ministério da Educação e do Desporto propõe, em 1998, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. São três volumes, sem valor legal, que se constituem num conjunto de sugestões para os professores de creches e pré-escolas, para que possam promover e ampliar as condições necessárias ao exercício da cidadania da criança brasileira.

Garcia (2001) ao fazer uma análise das críticas ao documento, ressalta que “mesmo desconsiderando a imensa diversidade cultural e social da sociedade brasileira e das propostas curriculares de educação infantil existentes, a leitura crítica deste documento pode ser um importante subsídio para o debate sobre a criança e a educação infantil”.

Em dezembro de 1998, o Conselho Nacional de Educação publica as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, com o intuito de nortear as propostas curriculares e os projetos pedagógicos para educação da criança de 0 a 5 anos e, estabelece paradigmas para a própria concepção de programas de cuidado e educação, com qualidade, em situações de brincadeiras e aprendizagem orientada de forma integrada, contribuindo para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros, em uma atitude de respeito e confiança, enquanto tem acesso aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

O documento destaca a evolução do conceito de criança na história da educação infantil e os impactos da modificação da constituição familiar e da vida na sociedade sobre a vida da criança. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil confirmam os Princípios, Fundamentos e Procedimentos da Educação Básica na orientação das instituições de educação infantil. No entanto, sabe-se que a lei e as diretrizes ao assegurarem a concepção de criança cidadã e da educação infantil como direito da criança no Brasil, não determinam a mudança na realidade das crianças brasileiras e nas propostas e trabalho das creches e pré-escolas.

A análise dos impactos das transformações sociais, tecnológicas e culturais sobre a criança de 0 a 5 anos, as consequências sobre seu modo de ser e se relacionar têm sido alvo das discussões pertinentes na formação do professor de educação infantil. Os questionamentos estão presentes nas abordagens pedagógicas, de conhecimento geral e específico, do universo infantil e da formação do perfil profissional do professor.

Sabe-se que a intervenção pedagógica tem oscilado entre as concepções de mundo e de educação em que, ou se permite à criança ser criança em seu processo de desenvolvimento natural, no seu tempo e singularidade, ou se opta a forçar a natureza, estipulando regras, modelos e padrões a serem aprendidos, seguidos e repetidos. A educação infantil comprometida e planejada para ser

um tempo e um espaço de aprendizagem, socialização e diversão, oportuniza a criança a viver como criança em instituições educacionais.

Através de atividades que não têm a conotação escolar ou igual à de sua casa, à criança é reservado o lugar de viver sua infância, sem encurtá-la com tarefas rotineiras e desmotivantes ao ser “aluno” ou ser “trabalhador”, em seus contextos familiar e social.

O reconhecimento da educação infantil como espaço de aprendizado e conhecimento, traz a importância de repensar as relações da Pedagogia com a educação infantil, orientada para uma prática comprometida com uma intencionalidade educativa que resgate a infância. Pascal & Bertran (1994), afirmam que se quisermos melhorar a qualidade da educação de crianças pequenas, devemos nos preocupar com a qualidade de seus professores.

Ao considerar a concepção de infância e de educação na formação acadêmica do professor de educação infantil, destaca-se a importância do estudo da educação e da investigação da realidade, para que possa intervir e fazer sua ação pedagógica relacionada com os componentes da prática educativa, ou seja, a criança, o professor e o contexto em que vivem. Cabe, pois, considerar os valores e princípios presentes na concepção de criança, sociedade, conhecimento, educação e cultura, necessários à contextualização sócio-política da formação do pedagogo crítico, reflexivo, pesquisador, criativo e comprometido com a responsabilidade social e inovadora na educação infantil.

A perspectiva da relação pedagogia-educação infantil considera necessária à mobilização frente às discussões sobre a reorganização institucional e legal da educação de crianças de zero a seis anos como, também, pelo campo educacional que aponta para uma nova concepção da infância e para a exigência de uma formação geral e cultural continuada dos professores para a educação infantil, instaurando e fortalecendo os processos de mudança na perspectiva de um profissional pedagogo, especialista nas questões da educação, um cientista da educação e pesquisador da prática educativa, como resposta aos desafios que a criança solicita em seu desenvolvimento. É um desafio permanente que se impõe para pensar e realizar uma pedagogia que invista em fazeres e saberes pedagogicamente comprometidos com uma educação humanizadora de nossas crianças. - Texto adaptado de Delcio Barros da Silva.

O ATENDIMENTO EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS: CARACTERÍSTICAS GERAIS

A crescente demanda por creches revela uma tendência da família contemporânea a buscar parceiros para conciliar cuidados e educação dos filhos pequenos e o trabalho materno.

A insuficiência de vagas em creches públicas diante da demanda, ou o elevado custo das creches particulares, não permite, na maioria das vezes, que esse serviço seja escolhido com base em princípios, valores e critérios da família, impossibilidade associada à relação assimétrica,